



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

AULA DE CAMPO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ACHADOS E REFLEXÕES

Michael Pratini Silva de Souza (1); Francinaide de Lima Silva Nascimento (2)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Macau
michaelppratini@gmail.com

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus João Câmara –
francinade.silva@ifrn.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O ensino prático de ciências e biologia que condicione a realidade à estrutura curricular do discente, tem se mostrado fator primordial no processo de ensino aprendizagem, sobretudo em função de que aulas práticas estimulam interesses dessa classe acerca do conteúdo, além de incumbirem as múltiplas funções da inteligência do aluno, auxiliando, quando bem planejada, uma construção reflexiva do conhecimento (VENTURA, et al. 2011). Sendo estas ferramentas utilizadas nas práticas de ensino voltadas a qualquer público, independente de terem ou não deficiências (FALCONI; SILVA, 2002).

Neste sentido, as aulas de ciências e biologia desenvolvidas em ambientes naturais têm sido apontadas como uma metodologia eficaz, tanto por envolverem e motivarem crianças e jovens nas atividades educativas (VENTURA, et al. 2011), quanto por constituírem um instrumento de superação da fragmentação do conhecimento, tendo em vista que esse ponto, associado a um ensino conservador, propicia dificuldades no aprendizado de conceitos e processos biológicos (PEDRANCINI, et al, 2007). Destarte, o ambiente natural pode ser utilizado como ferramenta didática, tendo por alvo avaliar a educação ambiental, promovendo mudanças de valores e posturas em relação à natureza (SENICIATO; CAVASSAN, 2004), por exemplo.

Visto, portanto a importância dessa prática na atuação docente objetiva-se com essa pesquisa discutir acerca da importância de aulas de campo enquanto proposta metodológica para alunos com Deficiência Intelectual/DI, dado que muitas vezes estas são escassas, ou não há participação desse alunado, sendo as práticas elaboradas para esse público traduzidas em um ensino minimalistas e descontextualizado, portanto não cabendo a visão interdisciplinar ou uma discussão do contexto



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

sociocultural e econômico em que estes alunos estão inseridos, em detrimento de atividades que focalizem o funcionamento mental superior (MONTEIRO, *et al*, 2016), em contrapartida do que é proposto por aulas de campo, por exemplo, bem como relatar acerca da inexistência de trabalhos acadêmicos voltados a temática.

2 METODOLGIA

A metodologia está caracterizada em uma abordagem qualitativa, se encontrando aplaudida no método de pesquisa bibliográfica, sobretudo, em artigos que subsidiassem o objetivo proposto, bem como uma análise do estado da arte acerca da temática: Aula de campo para alunos com deficiência Intelectual, a partir de visitas em diversos sítios, como repositório de dissertações e teses de doutorados, revistas e anais de congressos, utilizando para tanto as seguintes palavras chaves: “Aula de campo”, “prática”, “Deficiência”, “Deficiência Intelectual”, sendo refinado os artigos que em seus títulos ou resumos discutissem acerca da temática supracitada.

3 AULA DE CAMPO ENQUANTO PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AAIDD), a DI caracteriza-se por um déficit intelectual inferior à média, paralelo a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, bem como estes apresentam dificuldades em assimilar conteúdos abstratos, sendo de excepcional importância o uso de estratégias didáticas diferenciadas e, sobretudo, concretas para que o conhecimento construído por estes indivíduos, seja embarcado em uma natureza mais palpável e significativa (SOUSA, *et al*. 2014).

Logo, diversas metodologias devem ser elaboradas com o fim de atender as diferenças, sem excluir a participação de qualquer que seja o aluno, considerando as suas necessidades especiais, dentro ou fora da sala de aula (FALCONI; SILVA, 2002) e com atividades que envolvam toda a turma. Com o fim de desenvolver novas formas de funcionamento mental, ao passo que prioriza-se priorizar o ensino dos conceitos, seus significados e sentidos (PLETSCH, 2014), e porque não usar o campo, o ambiente externo, aula prática fora das quatro paredes da escola, para isto?



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

Partindo deste pressuposto as aulas de campo aparecem como fator caracterizador de um novo ambiente de aprendizagem que pode ser melhor esclarecido, discutido, visto e sentido por estes. Desse modo funciona como suporte e motivam os interesses dos estudantes para contribuir, ao passo que incentiva o processo de ensino e aprendizagem e construção de um conhecimento reflexível, visto que o meio natural delibera um pluralismo em nível estratégico de ferramentas didáticas, bem como fornece subsídios para uma significativa aprendizagem dos diferentes conteúdos explorados (VIVEIRO; DINIS, 2009).

No entanto, todo este processo deve ser embasado em uma otimização da “paciência”, com repetições de explicações que são necessárias ao desempenho de determinadas tarefas (ARRUDA; ALMEIDA, 2014), na busca de conhecer e reconhecer o conhecimento visto em sala de aula e, o visto fora deste contexto, de modo que a aplicabilidade suscite uma autonomia real de sua significância, como António Nóvoa (2009) expõe: a práxis, é um lugar de produção de uma ação qualificada do próprio pensamento crítico do discente. Mas o que pode ser visto é o não preparo curricular para uma atuação docente voltada ao papel de professor que caminhe nas vertentes de educação para alunos regulares e alunos com necessidades educacionais especiais, sem nenhum apoio da qualquer que seja a esfera, escolar, familiar ou social (PORTA; CAMPOS, 2014).

Em uma pesquisa realizada por Seniciato e Cavassan (2004) sobre a contribuição de aula de campo à alunos do ensino fundamental, acerca de um ecossistema natural como contribuinte para aprendizagem dos conteúdos científicos, investigaram como os discentes sentem-se durante as aulas de campo, supondo que as emoções e sensações presentes podem influenciar aprendizagem dos alunos. O resultado foi que cerca de 84% dos alunos sentiram-se confortável na aula de campo e como justificativas os discentes referiram-se a sensações de bem-estar e prazer principalmente aos sentidos (visão, audição, olfato e tato), com um sentimento de paz e tranquilidade.

Em outra pesquisa, foi visto a percepção dos docentes frente à prática de educação ambiental preservacionista. A discussão mostra que nunca o meio ambiente esteve em tão forte destaque, sobretudo em função das discussões atuais, o que refletiu em que os entrevistados procuravam trabalhar com a natureza com uma visão contextualizada, revelando uma concepção da importância da educação ambiental (OLIVEIRA; OBARA; RODRIGUES, 2007). Destarte, compreende-se que docentes e discentes, possuem concepções positivas acerca dessa metodologia.

O que pode ser ressaltado é que em ambas pesquisas, que somam 176 citações para a ferramenta *google Acadêmico* no mês de agosto de 2016, não foi encontrado nenhuma discussão acerca do uso desta metodologia com alunos com DI, bem como até o mês supracitado, após



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

exaustivas visitas em diversos repositórios, anais e revistas especializadas e de cunho geral, também não foram encontrados nenhum trabalho acadêmico voltado a temática de Aula de campo para alunos com DI, logo as discussões voltadas para este tema, são ainda simplórias.

Sendo os sítios visitados: a ferramenta *google* acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), os anais do I e II Congresso Nacional de Educação (<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>), a plataforma da *Scielo* (<http://www.scielo.org/php/index.php>), a revista institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, intitulada de *Hollos* (<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/index>), a revista *Educação Especial* editada pela Universidade Federal de Santa Maria do estado do Rio Grande do Sul (<http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/index>), a página do Programa de pós graduação em educação especial na Universidade Federal de São Carlos, São Paulo (<http://www.ppgees.ufscar.br/apresentacao>), os anais de diversos congressos como o I Congresso Internacional de Educação Inclusiva (<http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/anais.php>), o I Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva/XIII Jornada de Educação Especial (<http://www.fundepe.com/jee2016/cd/index.html>) e por último o VI Congresso brasileiro de Educação Especial (<http://2014.cbee-ufscar.com.br/>).

Uma vez que estes profissionais, precisam de parâmetros teóricos e metodológicos para realizar suas práticas de ensino de forma efetiva, faz-se necessário que sua formação seja imbuída de saberes teóricos (PLETSCH, 2014) pedagógicos e educacionais que aliem-se a práticas, que encontram-se estritamente ligadas ao saber fazer, e mais especificamente ao próprio fazer (SOUZA, *et al*, 2015), deve-se garantir nos ambientes de formação inicial e continuada “fundamentos teóricos articulados com ações práticas” (PLETSCH, 2014, p. 15), a fim de que haja condições para que o processo de ensino aprendido seja melhor elaborado, tanto criativamente, quanto de forma significativa (PLETSCH, 2014), entretanto a ausência de pesquisas com a temática aula de campo para alunos com DI, pode indicar a baixa reflexão no âmbito dessas discussões.

4 CONCLUSÃO

Infelizmente, mesmo havendo maior visibilidade nos últimos anos acerca da educação à alunos com necessidades educacionais especiais, e nesse caso, à alunos com DI, as pesquisas ainda são escassas, resumidas e restritas. Quanto a práticas pedagógicas voltadas para este público, o que



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

chega a ser assustador é o número baixo de trabalhos publicados que discutam, façam reflexão ou mesmo sirvam de embasamento teórico para posteriores pesquisadores, o que foi refletido ao se falar neste construto da discussão de aulas de campo que sejam direcionadas ou que abarquem estes alunos. O resultado foi horrível, ao passo que mesmo utilizando-se de diversos sítios, nenhuma discussão foi encontrada, levando a refletir o quanto ainda têm a ser debatido, não somente pelos centros de ensino, mas também pela sociedade.

REFERÊNCIAS

AAIDD - American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, 2010. Disponível em: <<http://aidd.org/intellectual-disability/definition#.VgRhystViko>> Acesso em: 02 set. 2015.

ARRUDA, M. A.; ALMEIDA, M. **Comunidade Aprender Criança**. Cartilha da Inclusão Escolar: inclusão baseada em evidências científicas. Ed. Instituto Glia, 2014.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. Estratégias de trabalho para alunos com deficiência intelectual AEE. **AEE, Atendimento Educacional Especializado**, v. 10, 2002.

MONTEIRO, M. I. B.; CAMARGO, E. A. A.; FREITAS, A. P. REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DE ENSINO E INCLUSÃO. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. S1, p. 940-944, 2016.

NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Educa: Lisboa, 2009.

OLVEIRA, A. L., OBERA, A. T. RDRIGUES. Educação ambiental: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental. **REEC: Revista electrónica de enseñanza de las ciencias**, v. 6, n. 3, 2007. p. 471-495.

PEDRANCINI, V. D. *et al.* Ensino e aprendizagem de Biologia no ensino médio e a apropriação do saber científico e biotecnológico. **Revista Electrónica de Enseñanza de las ciencias**, v. 6, n. 2, p. 299-309, 2007.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**, v. 12, n. 1, 2014.

SENICIATO, T., e CAVASSAN, O. Aulas de campo em ambientes naturais e aprendizagem em ciências – um estudo com alunos do ensino fundamental. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 1, 2004. p. 133-147.

PORTA, W. C. S.; CAMPOS, J. A. P. P. inclusão escolar de educandos com deficiência intelectual pratica pedagógica de professores dos anos: prática pedagógica de professores dos anos iniciais. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Educação Especial**. 2014.



II CINTEDI

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chile Brasileira de Educação Inclusiva

SOUSA, I. N.; MARTINS NETO, P.; SILVA, P. P. S. O ensino de física para aluno deficiente intelectual através de atividades experimentais. **Anais do I Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI)**, v. 1 , n. 1, 2014.

SOUZA, M. P. S.; LIMA, C. C. B.; FERREIRA, M. A. S. PIBID, uma política de prática docente atrelada a uma inserção no mercado de trabalho. **Anais do II Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 2015.

VENTURA, F. C. *et al.* **Experimentos biológicos: a prática no cotidiano**. Natal: IFRN, 2014. 116 p.

VIVEIRO, A. A.; DINIS, R. E. S. **Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental**: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. Universidade Estadual Paulista – UNESP. *Ciência em Tela*, V. 2, n. 1, 2009. p. 1-12.